



FUP

CUT

**MANTER ACESA
A CHAMA
DA RESISTÊNCIA
CONTRA O RETROCESSO**

15 anos da Greve de Maio de 1995

SECRETARIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

Marizão Ferreira Dantas

Sivaldo Gonzaga Ladeira

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

José Geraldo da Silva

Aldemir Caetano

SECRETARIA DE POLÍTICA E FORMAÇÃO SINDICAL

Daniel Samorá

Ester Bárbara da Silva

SECRETARIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, JURÍDICOS E TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

Leopoldine Ferreira Paula

José Divanilton Silva

SECRETARIA DE SAÚDE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Sélio Zanardi Filho

Jorge Machado Freitas

SECRETARIA DE SEGURIDADE, APOSENTADOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Paulo César Merli

Francisco Rocha Ramos (Clicão)

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SETOR PRIVADO

Anselmo Ernesto Russo Júnior

Ulisses Ribeiro Porto

DIREÇÃO COLEGIADA DA FUP - 1994/1996

COORDENAÇÃO

Antônio Carlos Spis

SECRETARIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

Sérgio Pereira dos Santos

SECRETARIA DE FINANÇAS

David Soares de Souza

José Geraldo Saravia Pinto

SECRETARIA DE POLÍTICA E FORMAÇÃO SINDICAL

Rosenberg Evangelista Pinto

Humberto Campos de Carvalho

SECRETARIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E JURÍDICOS

Maurício França Rubens

Cláudio do Nascimento

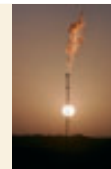
SECRETARIA DE SAÚDE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Luiza Bolella

Alfessa Alves Filho

SECRETARIA DE APOSENTADOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Daniel Samorá Queiroz



A greve que contestou o neoliberalismo e impediu a privatização da Petrobrás!

Há 15 anos, no dia 03 de maio de 1995, os petroleiros iniciavam a mais longa greve da história da categoria. Foram 32 dias de contestação e de resistência à política neoliberal e truculenta do PSDB e do DEM (então PFL).

Uma greve que foi fundamental para impedir a privatização da Petrobrás e, assim, evitar que Fernando Henrique Cardoso entregasse às multinacionais a maior empresa do Brasil, repetindo na íntegra o mesmo receituário que levou a Argentina ao caos.

Durante 32 dias, os petroleiros resistiram à truculenta repressão do governo e às manipulações da mídia para tentar jogar a população contra a categoria. Centenas de trabalhadores foram arbitrariamente punidos, dezenas deles, demitidos.

Como se não bastasse, os petroleiros ainda tiveram que enfrentar o Exército, que, a mando de FHC, invadiu várias refinarias da Petrobrás com tanques e tropas armadas.

A FUP e seus sindicatos foram submetidos a muitas milionárias por terem colocado em xeque os julgamentos viciados do TST, que decretou como abusiva uma greve absolutamente legítima.

Além de evitar a privatização da Petrobrás e desmascarar o autoritarismo do governo, a greve de maio de 1995 despertou um movimento nacional de solidariedade e unidade da classe trabalhadora. Por todo o país, fizemos ecoar um brado que marcou para sempre a categoria: "Somos todos petroleiros".

Acordos descumpridos, o estopim da greve

Os petroleiros terminaram 1994 sem acordo de trabalho. Naquele ano, foram realizadas duas greves nacionais, em setembro e novembro, para pressionar a Petrobrás a repor as perdas salariais da categoria, que já chegavam a 100%. Intransigente, a direção da empresa negou-se a cumprir os termos de compromisso assinados pelo então presidente Itamar Franco e seu ministro das Minas e Energia, Delcídio Gomes do Amaral. Até mesmo o acordo que o próprio presidente da Petrobrás, Joel Rennó, assinou com a FUP, garantindo a negociação das perdas e reajustes entre 12% e 18% (nos intervalos), foi descumprido.

Para piorar a situação, a conjuntura política do país também se mostrava desfavorável à classe trabalhadora. A eleição presidencial de 1994 endossou a política econômica neoliberal que já estava em andamento no país e deu vitória ao candidato das



elites, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que, em aliança com o PFL (atual DEM), aprofundou o desmonte do Estado. A direção da Petrobrás seguia à risca o projeto governamental de ataque às organizações sindicais, redução de direitos e arrocho salarial. ■

Trabalhadores do setor público unificam luta contra o desmonte do Estado

Com o avanço do projeto neoliberal, os petroleiros, assim como os trabalhadores das demais estatais e servidores públicos, foram duramente atacados em seus direitos. As reformas constitucionais de privatização do Estado estavam em curso. O estratégico setor de energia era o mais cobiçado pelos entreguistas. Ao assumir o governo em 1995, uma das primeiras providências de FHC foi enviar ao Congresso Nacional um projeto de emenda constitucional que visava acabar com o monopólio da União (através da Petrobrás) sobre a exploração e produção de petróleo. As propostas de privatizações feitas pelo PSDB e DEM (então PFL) incluíam ainda as estatais dos setores elétrico e de comunicações.

Os trabalhadores foram à luta para se contrapor aos ataques do governo. O Primeiro de Maio de 1995 levou às ruas milhares de brasileiros contra as reformas neoliberais. Uma greve unificada dos trabalhadores de estatais e do setor público foi convocada pela CUT para o dia 03 de maio, em defesa dos direitos conquistados e contra as privatizações e arrocho salarial.

Os petroleiros aderiram em massa ao indicativo da FUP, somando-se aos eletricitários, telefônicos, ferroviários, trabalhadores dos Correios, metroviários e servidores federais. Mais de 200 mil trabalhadores pararam em todo o país. Apesar da maioria das categorias não ter conseguido dar sustentação à greve unificada, os petroleiros seguiram adiante na luta. ■

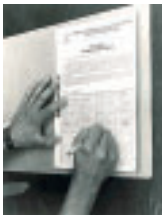


Começa a maior greve da história dos petroleiros



À zero hora do dia 03 de maio de 1995, milhares de petroleiros deram início à greve, que se transformaria em um dos mais importantes enfrentamentos da classe trabalhadora brasileira ao neoliberalismo. Liderados pela FUP, mais de 90% dos trabalhadores da Petrobrás cruzaram os braços nas refinarias, plataformas, terminais de distribuição e unidades administrativas. Eles se revezavam para garantir o abastecimento básico da população e preservar os equipamentos. Mas a imprensa fazia terrorismo, responsabilizando a categoria pela falta de derivados de petróleo e, principalmente, do gás de cozinha, que as distribuidoras “seguraram” nos estoques.

Demissões não intimidam a categoria



Apesar da legitimidade das reivindicações – os trabalhadores cobravam que a Petrobrás cumprisse os acordos pactuados em 1994, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou a greve abusiva em seu sétimo dia (09/05). Os petroleiros não se intimidaram. Nem mesmo quando foi anunciada em 11 de maio a primeira lista com 25 demitidos, entre eles Antônio Carlos Spis, coordenador da FUP. A categoria reagiu assinando uma lista de demissões coletivas: “Mexeu com meu companheiro, mexeu comigo”. ■

Exército invade as refinarias



Cena de guerra: 300 soldados do Exército ocupam a Replan no dia 24, utilizando carros blindados e artilharia pesada

A repressão do governo FHC estava apenas começando. Na madrugada de 24 de maio, o Exército invadiu a Refinaria de Araucária (REPAR), no Paraná, com cerca de 500 soldados. A mesma cena se repetiu nas refinarias de Paulínia (REPLAN), Mauá (RECAP) e São José dos Campos (REVAP), onde tanques do Exército intimidavam os trabalhadores. No dia 26 de maio, os petroleiros receberam seus contracheques zerados.

Petroleiros resistem e colocam em xeque o TST



Apesar de toda truculência e repressão, a categoria continuava impassível. Resistência era a palavra de ordem entre os trabalhadores. Quanto mais o governo endurecia, mais os petroleiros resistiam. O movimento ganhou o apoio de centenas de sindicatos, estudantes, parlamentares, movimentos sociais do Brasil e do exterior. No 23º dia da greve (26 de maio), o TST julgou mais uma vez a paralisação abusiva e impôs multas milionárias à FUP e aos sindicatos: R\$ 100 mil por cada dia não trabalhado! ■

“Somos todos petroleiros”

Em 31 de maio, a CUT promoveu o Dia Nacional de Solidariedade à Greve dos Trabalhadores da Petrobrás. “Somos todos petroleiros”, bradavam as demais categorias em passeatas pelo país afora. Bancários, metalúrgicos, professores, funcionários públicos, milhares de trabalhadores em vários estados prestaram solidariedade aos petroleiros, em apoio à greve e contra a repressão de FHC.



Parlamentares cobram negociação

Uma frente parlamentar foi articulada pelo senador Eduardo Suplicy (PT/SP) para cobrar a reabertura das negociações com a Petrobrás. As lideranças dos partidos na Câmara e no Senado assinam um documento, propondo a intermediar a retomada da negociação entre a FUP e a empresa. O governo, no entanto, mantinha-se intransigente, decidido a não negociar com os trabalhadores parados.

Após 32 dias, petroleiros encerram a greve

A FUP indicou a suspensão da greve no dia 02 de junho. O indicativo foi aprovado pela categoria em todo o país, com exceção dos 300 trabalhadores que ocupavam a RPBC, em Cubatão. Eles só deixaram a refinaria no dia seguinte (03 de junho), cantando o hino nacional e cobertos pela bandeira brasileira, em uma das mais emocionantes cenas da greve de 1995. ■



Começa a luta pela anistia



Mesmo com o fim da greve, os sindicatos e a FUP tiveram suas contas bloqueadas. O repasse das mensalidades dos associados retido e os bens, penhorados. Cada um dos 20 sindicatos que participaram do movimento recebeu multas de R\$ 2,1 milhões. Ao todo, 73 trabalhadores foram demitidos, entre eles vários dirigentes sindicais. Mais de mil petroleiros foram punidos, a maioria com suspensões de até 29 dias. Para manter-se na luta, alguns sindicatos se viram obrigados a atuar quase que na clandestinidade. Tão logo a repressão contra os trabalhadores e as organizações sindicais só havia ocorrido no Brasil durante a ditadura militar.

PSDB mostra para o que veio

A máscara da social democracia do PSDB foi derrubada pelos petroleiros no mais importante enfrentamento dos trabalhadores ao projeto neoliberal. O caráter repressivo do governo de Fernando Henrique Cardoso ficou evidente nas demissões, punições, perseguições políticas e, principalmente, nos canhões dos tanques do Exército apontados contra os trabalhadores nas refinarias. Apesar da truculência, julgamentos viciados do TST, campanha mentirosa da mídia, manipulação dos estoques de combustíveis pelas distribuidoras, a greve de maio de 1995 contribuiu muito para a história recente do sindicalismo no Brasil. A categoria pautou na sociedade importantes discussões políticas, como direito de greve, livre negociação, papel da Justiça do Trabalho, liberdade de organização sindical e importância da solidariedade de classe. E, acima de tudo, a greve impediu a privatização da Petrobrás. ■

A armação do gás

Em novembro de 1995, o Tribunal de Contas da União concluiu que as distribuidoras foram responsáveis pelo desabastecimento de gás durante a greve dos petroleiros. Fato que já era, inclusive, de conhecimento da própria Petrobrás, como admitiu três anos depois da greve, o então superintendente de RH da empresa, José Lima Neto: “Não era de interesse da Petrobrás na época acionar as distribuidoras por terem sonogado o gás de cozinha”, informou em entrevista ao jornal do DCE da USP.



Sindicatos lutam contra arbitrariedades

Após ter vetado, em abril de 1996, o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, de anistia das multas arbitrárias impostas pelo TST, o tucano FHC tentou, mais uma vez, barrar a anistia, dois anos depois. Alguns sindicatos já estavam na iminência de terem seus bens leiloados pelo Tribunal, em mais uma das explícitas demonstrações de abuso de poder por parte do governo do PSDB/DEM. Prevendo o desgaste político que sofreria, o presidente Fernando Henrique foi obrigado a recuar e sancionou, parcialmente, a lei de anistia, em julho de 1998, vetando o artigo que dava direito aos sindicatos de receberem de volta os valores retidos pelo TST desde 1995. ■



Da esquerda para a direita: Humberto (FUP e Sindipetro-RN), Zunga (CUT-DF), Spis (FUP e Sindipetro-SP), Daniel (FUP/Sindipetro-PA)



Petroleiros demitidos são reintegrados



O primeiro Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros foi realizado em agosto de 1995, com o tema “Manter acesa a chama da resistência”. Uma das principais resoluções do I CON-FUP foi a luta pela reintegração dos 88 trabalhadores demitidos nas greves de 1994 e de maio de 1995. Mais do que um objetivo implacável, o retorno destes petroleiros transformou-se em questão de honra que a FUP perseguiu incansavelmente ao longo dos anos seguintes.

Somente em 2003, após as mudanças políticas que aconteceram em função da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é que as demissões e punições começaram a ser revistas pela Petrobrás. A FUP, através de participação em comissões interministeriais e da postura firme nas campanhas reivindicatórias, garantiu a anistia de 88 demissões, 443 advertências, 269 suspensões e 750 punições de trabalhadores que participaram das greves de 94 e 95. Além disso, a luta pela anistia trouxe de volta aos quadros da Petrobrás mais de mil trabalhadores das extintas Interbrás, Petromisa e Petroflex. ■



Ato político na RPBC (Cubatão) marca o retorno dos petroleiros demitidos que foram anistiados.



“É lamentável que um Presidente da República, que deveria proceder como Magistrado para resolver os conflitos da sociedade, tenha sido o principal obstáculo à negociação.

Aí está uma política de dois pesos e duas medidas. De um lado a intransigência e menosprezo em relação aos trabalhadores e, de outro, paciência, tolerância e submissão aos poderosos.

A soberania, a democracia, a cidadania e a nacionalidade estão sendo destruídas pela intransigência, a arrogância e a prepotência no trato com os trabalhadores”.

Trechos da carta enviada a FHC em 26/06/95 por **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente Nacional do PT

“A greve garantiu a manutenção da Petrobrás como empresa pública”

Quinze anos após ter liderado a maior greve da história da categoria petroleira, Antônio Carlos Spis volta no tempo e relembra fatos importantes do enfrentamento com o governo Fernando Henrique Cardoso. Nesta entrevista ao portal da FUP, ele fala dos bastidores da greve, comenta os momentos mais difíceis que enfrentou e ressalta a importância histórica do movimento. Diretor do Sindipetro Unificado-SP e à frente da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), Spis continua sendo um ícone de resistência e luta para a categoria. “Um petroleiro com vocação sindical”, como se auto define. Leia os principais trechos da entrevista, que pode ser acessada na íntegra no portal da FUP: <http://www.fup.org.br/entrevistas.php?id=118>



O maior legado da greve...

A greve de maio de 1995 foi o maior momento de enfrentamento classista ao governo FHC e às suas políticas neoliberais. Esse movimento garantiu a manutenção da Petrobrás como empresa pública. FHC não teve a coragem de colocá-la no PND (Programa Nacional de Desestatização). A greve também construiu as condições para a grande mobilização da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), em 1999, quando levamos mais de 100 mil pessoas à Brasília no maior protesto de massa contra o governo. Me lembro muito bem: eu estava coordenando um dos caminhões de som e o companheiro Zé Rainha, do MST, coordenava o outro caminhão, enquanto bradava ao microfone: Spis, foram vocês que começaram isso, os petroleiros!

Amadurecimento da categoria...

Após a greve, os petroleiros e petroleiras passaram a ser mais exigentes quanto às posições que as direções sindicais tomavam. Eram comuns, até então, avaliações insipientes das mobilizações efetuadas. O ano de 1995 foi um marco de satisfação e medo para quem fez o maior movimento da

história da categoria petroleira do Brasil. Passou a ser do cotidiano da relação FUP/Sindicatos a seguinte cobrança: de quanto tempo vai ser a próxima greve? A de 32 dias foi muito longa. Temos que estudar estratégias de movimentos curtos e que causem impactos imediatos, para que as negociações também sejam rápidas.

Derrota ou vitória?

Quando chegamos à conclusão de que a greve estava sem nenhuma saída e a mídia me questionava, alegando que a greve havia sido derrotada, eu dizia que um movimento dessa amplitude, que causou tamanho impacto nacional, precisaria de alguns anos para ser analisado com profundidade. Em hipótese alguma, a greve foi derrotada. Nós, sim, derrotamos FHC, obrigando-o a tirar a máscara de democrata. Desmoralizamos um presidente que tinha a obrigação de negociar por ser o governo detentor da maioria das ações ON da Petrobrás, uma empresa de economia mista. O acordo assinado com Itamar Franco (presidente que antecedeu FHC) foi cumprido com sobras na Campanha Reivindicatória de 1996.

ENTREVISTA COM SPIS**O momento mais difícil...**

O momento mais difícil da greve foi quando o Exército invadiu as refinarias de Paulínia, Mauá, Henrique Lage (São José dos Campos) e de Araucária (Paraná), de madrugada e simultaneamente. Nos reunimos imediatamente e orientamos os grevistas que estavam nestas unidades, circulando gasóleo, que procurassem o comandante da invasão e os orientassem sobre os procedimentos de segurança. Também pedimos aos trabalhadores que deixassem claro para o Exército que o comando da gre-

ve estava com a FUP e que, se por acaso, eles não acatassem as orientações, ameaçassem abandonar a área. Lembro que inúmeros políticos, ministros, governantes passaram a ligar para a FUP dando sugestões de como "acabar" com o movimento. Nunca demos bola para essas "orientações", nem deixamos que nos influenciassem. Mas, quando o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB) me ligou, decidimos ouvi-lo. Disse ele: Spis, coloque três refinarias para funcionar, em sinal de boa vontade, e eu abrirei um canal com FHC. Eu respondi: abre a negociação e, dependendo do

andamento dela, nós podemos avaliar não só três refinarias, mas talvez a greve. E diga a ele que o presidente do Sindipetro Paraná (Luiz Antônio Martins Sampaio) me informou que o Exército está rondando a REPAR. Se o governo FHC nos enfrentar com o Exército e ameaçar a RPBC (a refinaria de Cubatão que os trabalhadores ocupavam para garantir a passagem do gás de cozinha para a CONGÁS), ele vai colher os primeiros cadáveres do seu governo. O Jereissati retrucou: fique tranqüilo, somos de paz. Na madrugada seguinte, as quatro refinarias foram invadidas, mas não tiveram coragem de invadir a RPBC. Fiquei maluco ao telefone, tentando encontrar algum CUTista ou político e nada. Até que, por volta das 4h da manhã, encontrei o companheiro Feijão (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), que ajudou a denunciar a invasão do Exército.

Demissões...

Um dos momentos que eu imaginava ser o mais difícil de uma mobilização daquele porte seria justamente o das demissões. Meu nome na lista não fazia a menor diferença, só me deu satisfação. Em todas as

greves que tive a felicidade de coordenar em nome da categoria, sempre fui punido junto com os grevistas. Sinceramente, da maneira como a inteligência do Exército ia colocando suas peças no xadrez, minha expectativa e medo era de que seriam milhares de demissões de cara. Nós já tínhamos criado o antídoto em 1983, com as Associações Benéficas e Culturais dos Petroleiros (ABCP's) e já havíamos organizado o direito à reintegração ao trabalho de cerca de mil companheiros e companheiras (demitidos no Governo Collor). Mas, não estávamos preparados se viessem com 10 mil, 15 mil demissões. Se isso acontecesse, sinceramente, acho que a greve correria o risco de implodir.

Portanto, quando no Jornal Nacional da Globo, na noite de 9 de maio de 1995, o Cid Moreira anunciou que começavam as demissões dos petroleiros e que eu e mais 24 companheiros estávamos na lista, me senti aliviado, pois desse número nós dávamos conta com um pé nas costas. Me lembro muito bem desse momento: a Direção da FUP estava na antiga sede de Brasília. A estratégia do Exército era a seguinte: dava um

ENTREVISTA COM SPIS



número de demissões nas TV's à noite e, na manhã do dia seguinte, a imprensa vinha com os nomes dos demitidos, com o intuito de criar uma convulsão no meio dos grevistas. Eles queriam passar a mensagem: se mandamos embora o líder da greve, imagine o que vamos fazer com você. Agimos imediatamente e na coletiva de imprensa de 11 de maio (todas as manhãs, a FUP dava entrevistas coletivas e a TV Globo tinha uma base permanente em frente à sede de Brasília), eu disse: é demissão coletiva. Se o governo continuar com esse método, vamos nos autodemitir. O Companheiro Nor-

mando (Normando Rodrigues, assessor jurídico da FUP) redigiu um texto padrão para o termo de demissão coletiva, divulgamos nas bases e a FUP recebeu de volta perto de 17 mil dessas cartas assinadas, que é claro, nunca entregamos, mas eu dizia todo petulante na imprensa que se demitissem aqueles petroleiros, teriam que demitir os outros 40 mil. Isso forçou o governo a mudar de tática: passaram a ameaçar os operadores do Setor de Craqueamento Catalítico (SECRA) das refinarias, onde é produzido o gás de cozinha. É claro que também não deu resultado, pois ninguém voltou.



“Inúmeros políticos, ministros, governantes passaram a ligar para a FUP dando sugestões de como acabar com o movimento. Nunca demos bola para essas orientações”

Indignação...

A indignação não era só minha, mas de toda a categoria, pois o fato gerador da greve foram três acordos assinados e não cumpridos. Vale lembrar que FHC era ministro do Itamar em 1994 e tratou com muita truculência as negociações salariais do período. Os trabalhadores dos Correios chegaram a assinar Acordo Coletivo, que foi divulgado no DOU (Diário Oficial da União) e não foi cumprido. Para resgatar a dignidade e credibilidade da FUP, levamos o comando da greve para Brasília, para exigir que o Congresso Nacional se posicionasse pelas negociações.

Emoção...

Me emocionava todo e qualquer contato com a população e as nossas bases. Ao contrário do que se poderia imaginar, nunca fui ameaçado por ser o responsável pela falta do gás de cozinha, como a mídia pregava na época. Pelo contrário, fui parabenizado diversas vezes nas ruas, nos locais onde almoçávamos. A maioria da sociedade estava com o FHC até o pescoço! Passados 15 anos, em qualquer parte do país, eu ainda sou lembrado como aquele petroleiro da greve. Muitos não se lembram do meu nome, mas não esquecem daquele momento.

ENTREVISTA COM SPIS



Publicação da Secretaria de Política e Formação Sindical da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS FUPICUT
www.fup.org.br Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3652-5002 impressa@fup.org.br Redação e
 Edição: Alessandro Mateus - MTB 16763 Projeto gráfico e diagramação: Kamilo MTB 20478 - Fotos: arquivos da FUP,
 Sindpatros, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, CUT - Estágária: Carol Cavazza